

# XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA

Conhecimento histórico e diálogo social

Natal - RN • 22 a 26 de julho 2013

ANPUH  
PARANÁ

## **Espaços de memória. Arquivos e fontes documentais (re)significando as ditaduras militares (Brasil e Paraguai).**

JANINE GOMES DA SILVA\*

Los archivos, materia y memoria, están llamados a ocupar un espacio relevante en la lucha contra la amnesia colectiva que afecta a nuestro pasado reciente o remoto.

Desde março de 2004, uma equipe de pesquisadoras/es do Departamento de História da Universidade Federal de Santa Catarina<sup>1</sup>, vem desenvolvendo junto ao Laboratório de Estudos de Gênero e História – LEGH, pesquisas que tematizam o período das ditaduras militares no Cone Sul. Estas pesquisas, inicialmente, procuraram constituir uma narrativa histórica sobre o período de ressurgimento do movimento feminista no Brasil, chamado de “Segunda Onda”, a partir de meados dos anos 1970, focalizando a maneira como, apesar da ditadura militar e dos preconceitos antifeministas, muitas mulheres e alguns homens começaram a se pensar como feministas no período de 1964 a 1985. Para tanto mapearam a maneira como estas idéias circularam; perceberam como foi o contato com a circulação de idéias do feminismo ao nível nacional e internacional; observaram os livros que o estavam divulgando; perceberam a participação em movimentos sociais e o contato com pessoas que influenciaram no sentido de constituir uma identificação com o feminismo. Todo o material coletado sobre o feminismo no Brasil, Argentina, Paraguai, Uruguai, Bolívia e Chile, a partir de diferentes pesquisas<sup>2</sup>, vem propiciando várias análises, possibilitando um estudo

---

\* Universidade Federal de Santa Catarina, Doutora, Projeto de Pesquisa financiado pelo CNPq.

<sup>1</sup> Professoras Cristina Scheibe Wolff, Joana Maria Pedro e Roselane Neckel, juntamente com bolsistas de Iniciação Científica, mestrandas/os e doutorandas/os.

<sup>2</sup> Entre outros, destacam-se os seguintes projetos: Movimentos de mulheres e feminismos em tempos de ditadura militar no Cone Sul (1964-1989); Do feminismo ao gênero – circulação de teorias e apropriações no

2

comparativo com outros países, em especial aqueles do Cone Sul, que, como o Brasil, viveram períodos de ditaduras. Nesta comparação, observam-se como se constituíram os vários grupos feministas, como atuaram, suas relações com as ditaduras militares e os movimentos de resistência a estas, seus processos de constituição de identificação e de diferença, entre outros temas.

Com a publicação de vários trabalhos<sup>3</sup>, esta equipe vem contribuindo com diferentes reflexões sobre o período das ditaduras militares no Cone Sul e, ao mesmo tempo, acumulando um extenso acervo (coleção de documentos, periódicos, entrevistas realizadas a partir da metodologia da história oral, fotografias, entre outros). Neste momento, a documentação pesquisada pela equipe do LEGH apresenta uma mostra de diferentes tipos documentais que foram produzidos pelas ditaduras do Cone Sul. Tal documentação despertou o interesse em problematizar como estas fontes, de diferentes maneiras, podem contribuir para uma reflexão no campo da memória e do patrimônio cultural, especialmente documental. Deste interesse, surgiu a preocupação em não tratar apenas das Coleções formadas pela pesquisa referentes aos acervos das ditaduras do Cone Sul, mas, perspectivar a forma como diferentes acervos possibilitam narrativas para o tema das ditaduras ocorridas na América do Sul. Neste sentido, propomos articular as pesquisas realizadas pelo LEGH com os trabalhos do Laboratório de Memória, Acervos e Patrimônio – LAMAP, do Departamento de História da UFSC, que se apresenta como um espaço permanente de formação e produção do conhecimento sobre patrimônios, culturas e memórias.

No Brasil, vários pesquisadores vêm estudando o período da ditadura militar, com os mais variados enfoques e, evidentemente, utilizando-se da documentação dos mais diferentes acervos. Todavia, o que pretendemos trabalhar é como estes espaços e seus

---

Cone Sul (1960-2008); e, *Gênero, feminismo, mulher e mulheres: apropriações no Cone Sul (1960-2008)*, coordenados por Joana Maria Pedro. E, *O gênero da resistência na luta contra as ditaduras militares no Cone Sul 1964-1989*, coordenado por Cristina Scheibe Wolff.

<sup>3</sup> Entre eles, destacam-se: PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe (Orgs). *Gênero, feminismo e ditaduras no Cone Sul*. Florianópolis: Mulheres, 2010; e, PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe; VEIGA, Ana Maria (Orgs). *Resistências, gênero e feminismo contra as ditaduras no Cone Sul*. Florianópolis: Mulheres, 2011.

3

acervos constituem-se em espaços de “dever de memória” para a história recente do país, especialmente num momento onde podemos falar, de acordo com Marlon Salomon, de um “saber dos arquivos” (SALOMON, 2011).

Assim, na expectativa de possibilitar um olhar para os arquivos como espaços de memória sobre as ditaduras militares, trabalhamos com uma história comparativa com arquivos do Brasil e do Paraguai, procurando estabelecer relações no campo da memória e do patrimônio cultural. Neste sentido, destaca-se que a equipe de pesquisadoras é composta por professoras que já realizam pesquisas sobre a temática das ditaduras do Cone Sul, professoras que vem se dedicando, há algum tempo, ao campo do patrimônio cultural e alunas/os do Curso de História e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina.

Destaca-se que a frase que tomo como epígrafe para este texto - *Los archivos, materia y memoria, están llamados a ocupar un espacio relevante en la lucha contra la amnesia colectiva que afecta a nuestro pasado reciente o remoto* - está inscrita na parede principal de uma das salas do Archivo del Terror, em Assunção, no Paraguai. Chamado de Archivo del Terror, desde que foi descoberto em 22 de dezembro de 1992, este arquivo oficialmente é o Centro de Documentación y Archivo para la Defensa de los Derechos Humanos que funciona junto ao Museo de la Justicia. Este espaço, de 236 m<sup>2</sup>, se apresenta como um espaço de memória da ditadura que o país viveu de 1954 a 1989, sob o comando de Alfredo Stroessner e procura “promover a recuperação da memória histórica cidadã”.<sup>4</sup> Seu acervo, abriga diferentes documentos da inteligência paraguaia e as comunicações das autoridades paraguaias policiais e militares, bem como, documentos da chamada “Operação Condor”<sup>5</sup>, contendo informações sobre outras ditaduras do Cone Sul, como da Argentina, Chile e Brasil. Este acervo documental (que inclui documentos comprobatórios de violação

<sup>4</sup> CORTE SUPREMA DE JUSTICIA. *Museo de la Justicia. Centro de Documentación y Archivo para la Defensa de los Derechos Humanos. Catálogo*. Asunción, 2010.

<sup>5</sup> Operação de Inteligência criada no Chile, com o apoio da Argentina, Brasil, Bolívia, Paraguai e Uruguai que perseguia militantes de esquerda oriundos de qualquer um destes países, onde estivessem. Ver, VERA, Myrian Gonzáles. *Los Archivos del Terror del Paraguay. La historia oculta de la represión*. In: CATELA, Ludmila da Silva; JELIN, Elizabeth (Orgs). *Los Archivos de la represión: documentos, memoria y verdad*. Madri: Siglo XXI de España Editores, 2002, p. 107. (p. 85-114).

4

de direitos humanos) é considerado um dos mais volumosos dos anos de repressão na América do Sul e sua descoberta, bem como, os usos políticos a partir dele, são chamados de “papéis que ressignificaram a memória do stronismo”.<sup>6</sup> A ditadura de Stroessner é considerada uma das mais violentas do Cone Sul e o impacto da descoberta do Archivo del Terror extrapola às discussões sobre a história da ditadura naquele país, mas infere para as ditaduras em outros lugares da América do Sul. Dez anos depois, em 2002, foi inaugurado também em Assunção o Museo de las Memorias, com o objetivo de mostrar os horrores da ditadura.

Estes espaços mobilizam o tempo todo a frase que tomo como epígrafe – “ocupar un espacio relevante en la lucha contra la amnesia colectiva” – mostrando aos pesquisadores, visitantes, vítimas ou curiosos, que a memória daquele período deve ser conhecida como um “dever de memória”, para que tais fatos nunca se repitam. Vale lembrar que esta expressão, segundo Luciana Q. Heymann (2007: 15-44) foi “cunhada ao longo dos anos 1990 e que, em suma, traduz a ideia de que as memórias de sofrimento e opressão geram obrigações, por parte do estado e da sociedade, em relação às comunidades portadoras dessas memórias”.

É também neste contexto que podemos observar a importância das reflexões de Marlon Salomon, ao mencionar um “saber dos arquivos” (2011). Segundo este autor, nas últimas décadas, “os arquivos se tornaram um problema político e epistêmico em inúmeras sociedades” (SALOMON, 2011: 6). A questão dos arquivos, seja na ex-União Soviética, no Leste Europeu, na América Latina ou em outras regiões, impõe novas reflexões para o estatuto e usos políticos dos arquivos. Neste sentido, a “gestão do passado das sociedades torna-se um problema com o qual se debatem, de um lado, os cidadãos, e de outro, o Estado” (SALOMON, 2011: 13).

Uma “gestão do passado” que, no caso do Brasil, toma outros contornos. O país vivenciou uma ditadura militar de 1964 a 1985, mas, nossa Lei da Anistia de 1979

---

<sup>6</sup> PAZ, Alfredo Boccia; AGUILAR, Rosa Palau; SALERNO, Osvaldo. *Paraguay: Los Archivos del Terror. Los papeles que ressignificaron la memoria del stronismo*. Asunción, Museo de la Justicia, 2008.

5

consolidou o espírito de conciliação: a abertura democrática não significaria o questionamento do passado (TELES, 2001). Em relação aos arquivos, que no Brasil abrigam documentos sobre a ditadura militar, já que diferente do Paraguai não tem um arquivo específico, de acordo com Maria Celina D´Araujo, “a situação é confortável no que tange aos registros históricos para o estudo da ação repressiva policial e militar durante a ditadura. Desses arquivos já saíram vários trabalhos importantes que vão ajudando a entender melhor como esses órgãos se organizavam, o que informavam sobre os presos”, entre outros temas (D´ARAUJO, 2007: 115-135). Assim, além das pesquisadas realizadas pelo LEGH, anteriormente citadas, várias/os são as/os pesquisadoras/es que vem tematizando a história deste período no Brasil.<sup>7</sup>

Mas, a questão que nos propomos a trabalhar, é outra. Não se trata de fazer uma história da ditadura, mas direcionar o enfoque para os padrões discursivos da memória e usos políticos do passado, a partir de alguns espaços de memória. As reflexões de Pierre Nora, sobre os “lugares de memória” (NORA, 1993: 7-28), bem como, as de Paul Ricoeur (2007), tematizando a questão do perdão são importantes para perspectivar estes arquivos. Ainda, sobre os arquivos, vale lembrar as observações de Ricoeur e de Michel de Certeau mostrando que estes não são apenas espaços físicos, mas também “um lugar social” (CERTEAU, 1982). Na esteira de algumas reflexões, do campo dos arquivos, da memória e do patrimônio, estamos investigando como os arquivos que abrigam a documentação sobre as ditaduras militares no Brasil e no Paraguai se constituem como espaços de memória que podem (re)significar a história contemporânea do Cone Sul, procurando estabelecer relações no campo da memória e do patrimônio cultural.

No caso do Paraguai, podemos dizer que, tanto o Archivo del Terror como o Museo de las Memorias apresenta-se como um patrimônio cultural a ser preservado. E, no caso do

---

<sup>7</sup> Muitos são os trabalhos sobre o tema da ditadura militar no Brasil, dentre eles destaque: AQUINO, Maria Aparecida et al. (Orgs.) *No coração das trevas: o Deops-SP visto por dentro*. São Paulo: Arquivo do Estado/Imprensa Oficial, 2001; ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. *Brasil: Nunca mais*. Petrópolis: Vozes, 1985; FICO, Carlos. *Como eles agiam: os subterrâneos da ditadura militar, espionagem e polícia política*. Rio de Janeiro: Record, 2001; GASPARI, Elio. *A ditadura envergonhada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002; e, JOFFILY, Mariana. *No centro da engrenagem: os interrogatórios na Operação Bandeirante e no DOI de São Paulo (1969-1975)*. São Paulo, 2008. (Tese – Universidade de São Paulo).

6

Brasil, não são necessariamente os espaços, mas sim os acervos que também podem ser perspectivados desta maneira, notadamente, um patrimônio documental. Neste sentido, entendemos que as/os historiadoras/es têm um papel privilegiado a desempenhar nessa reflexão coletiva sobre as novas correlações e implicações mútuas entre memória, cultura e patrimônio. Desafio que se amplia à vista de um regime de historicidade presentista, cujo apetite memorial traz consigo o risco de banalização dos bens culturais a inventariar. Em outras palavras, investir intelectualmente sobre as condições de uso e produção de patrimônios é uma maneira de interrogar a matéria prima da história – o tempo – e o momento em que nosso interesse pelo tema é despertado. Em uma contemporaneidade marcada pela patrimonialização de memórias traumáticas, pelo reconhecimento social de vítimas da história, pela construção de contra-narrativas que reivindicam participação na grande história, e pela formulação de novos instrumentos jurídicos que pretendem atender os deveres de reparação reivindicados por atores sociais emergentes, o colecionismo (neste caso as coleções documentais dos referidos acervos) torna-se uma chave analítica fundamental para a reflexão sobre as diferentes formas de mediação entre os planos material e simbólico, sobre as formas de relacionamento dos grupos sociais com o vivido; e, finalmente, sobre os procedimentos empregados pela História na construção de acervos, objetos e fontes históricas.

Entendemos que realizar um estudo comparativo sobre a história da constituição dos arquivos da ditadura do Brasil e do Paraguai pode ser uma interessante maneira de contribuir com os debates contemporâneos no campo da memória e do patrimônio. Uma História Comparativa que parta das especificidades da história de cada país, mas que, também, possa traçar linhas gerais e características comuns.<sup>8</sup> Em relação aos acervos do Brasil, destaca-se que a pesquisa ainda se encontra em fase inicial e pretendemos trabalhar com três acervos: do Arquivo Nacional do Distrito Federal, que desde dezembro de 2005 recebeu para a guarda permanente os acervos dos extintos Serviço Nacional de Informações

---

<sup>8</sup> HAUPT, Heinz – Gerhard. O lento surgimento de uma história comparada. In: BOUTIER, Jean; JULIA, Dominique (Orgs.). *Passados recompostos*. Rio de Janeiro: UFRJ/FGV, 1998, p. 205-213.

7

- SNI, Conselho de Segurança Nacional - CSN e Comissão Geral de Investigações – CGI; do Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, os processos do Tribunal de Segurança Nacional, da Divisão de Censura e Diversão Pública, entre outros; e, dos arquivos do projeto “Tortura nunca mais”, que se encontram no Arquivo Edgard Leuenroth, na Universidade de Campinas/SP. Sobre este arquivo, destaca-se que:

O projeto Brasil Nunca Mais foi idealizado por Dom Paulo Evaristo Arns, então assessor do Cardeal Arcebispo de São Paulo e pelo Reverendo Jaime Wright, então pastor da Igreja Presbiteriana Unida. A coleção reúne cópias de mais de 700 processos dos presos políticos brasileiros do período da ditadura militar, de 1964-1985, reproduzidos dos Arquivos do Superior Tribunal Militar e Supremo Tribunal Federal. Contém informações sobre partidos e organizações visadas pela repressão bem como estudos sobre a tortura no Brasil e no mundo. A coleção apresenta seção Anexos, com 10.170 documentos reproduzidos, relativos a material encontrado em posse dos militantes políticos e anexados aos processos como “prova de subversão”. A coleção abrange o período de 1964 a 1979 e pode ser reproduzida.<sup>9</sup>

Analisar, comparativamente, a experiência das ditaduras militares no Cone Sul, e suas diferentes compreensões sobre “dever de memória”, “lugares de memória”, memória e patrimônio apresenta-se também como uma possibilidade de apontar para a contemporaneidade desta discussão, especialmente quando estamos acompanhando as expectativas em relação à Comissão Nacional da Verdade, criada em 2011, que tem como finalidade “examinar e esclarecer as graves violações de direitos humanos praticadas”.<sup>10</sup>

Entendemos que os diferentes acervos que pretendemos pesquisar, no Brasil e no Paraguai, para além de abrigarem fontes documentais, estabelecem importantes narrativas para adensar as reflexões no campo dos estudos de arquivos. Ainda, convém destacar, que só muito recentemente, especialmente os arquivos, passaram a ser interrogados pela história<sup>11</sup>, mobilizando um debate público e jurídico premente sobre questões referentes à

---

<sup>9</sup> Disponível em:

[http://segall.ifch.unicamp.br/site\\_ael/index.php?option=com\\_content&view=article&id=107&Itemid=90](http://segall.ifch.unicamp.br/site_ael/index.php?option=com_content&view=article&id=107&Itemid=90), consulta em 28/03/2012.

<sup>10</sup> Lei n. 12.528, de 18 de nov. de 2011.

<sup>11</sup> Foi com o lançamento, em 1989, de *Le Gout de l'archive*, obra em que Arlette Farge examina sua experiência como frequentadora de arquivos judiciais, que este deixou de ser entendido unicamente como meio e condição da História, figurando também como objeto da pesquisa. Nos anos seguintes, os estudos sobre patrimônio, as práticas de revivalismo cultural e as escritas ordinárias, de autores como Krzysztof

8

memória, direitos, traumas e reparações a minorias étnicas e perseguidos políticos.<sup>12</sup> Já no Brasil os estudos acadêmicos sobre o tema continuam raros e, em que pese a ligação genética dos arquivos com a atividade historiográfica, a maior parte das análises sobre eles vincula-se aos campos da antropologia e da teoria literária.

Para constituir uma narrativa histórica comparativa sobre como os arquivos que abrigam a documentação sobre as ditaduras militares no Brasil e no Paraguai se constituem como espaços de memória que podem (re)significar a história contemporânea do Cone Sul, procurando estabelecer relações no campo da memória e do patrimônio cultural, torna-se necessário a análise das diversas fontes documentais abrigadas nos acervos. E, cumpre ressaltar que pretendemos tomar os arquivos e museus como objetos da história, e não apenas como repositórios de fontes, contribuindo dessa forma para a um questionamento crítico mais aprofundado da disciplina e da relação da história e memória das ditaduras.

---

Pomian, Pierre Nora e Daniel Fabre lançaram as bases para que a atual década viesse a ser particularmente frutífera. De lá para cá, foram organizados seminários regulares sobre arquivos na EHESS e no IHTP, enquanto que o Laboratoire d'anthropologie et d'histoire de l'institution et la culture (LAHIC) organizou, em 2003, o seminário "L'Archive comme pratique sociale". Além deles, a revista *Gradhiva* publica regularmente estudos sobre arquivos etnográficos, e novos dossiers foram lançados por outros periódicos, abordando os arquivos desde o ponto de vista da pesquisa social. Entre os periódicos, podemos citar *Le Débat* (Arquivos e República, lançado em 2001), *Sociétés & Représentations* (Espaços de arquivos, 2005), *Genèses* (Arquivos do Leste, 2003) e a *Revue de Synthèse* (2004).

<sup>12</sup> HEYMANN, Luciana Q. Op. cit.



## REFERÊNCIAS

ACHARD, Pierre et al. *Papel da memória*. Tradução e introdução José Horta Nunes. Campinas, SP: Pontes, 1999.

AQUINO, Maria Aparecida et al. (Orgs.) *No coração das trevas: o Deops-SP visto por dentro*. São Paulo: Arquivo do Estado/ Imprensa Oficial, 2001.

ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. *Brasil: Nunca mais*. Petrópolis: Vozes, 1985.

CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Tradução Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense, 1982.

COOK, Terry et alli. Arquivos, Documentos e Poder: a construção da memória moderna. *Registro* [Revista do Arquivo Público Municipal de Indaiatuba], Indaiatuba-SP, n.3, jul. 2004, p. 18-33. Disponível na Internet: [http://www.promemoria.indaiatuba.sp.gov.br/pdf/registro\\_3.pdf](http://www.promemoria.indaiatuba.sp.gov.br/pdf/registro_3.pdf)

CORTE SUPREMA DE JUSTICIA. *Museo de la Justicia. Centro de Documentación y Archivo para la Defensa de los Derechos Humanos. Catálogo*. Asunción, 2010.

D'ARAÚJO, Maria Celina. Memória da ditadura militar no Brasil: fontes e métodos. In: GOMES, Ângela de Castro. (Org.) *Direitos e Cidadania: memória, política e cultura*. Rio de Janeiro: FGV, 2007, p. 115-135.

FABRE, Daniel. "Vivre, écrire, archiver". *Sociétés & Représentations*, no. 13, p. 19-42, 2002.

FARGE, Arlette. *O sabor do arquivo*. São Paulo: Edusp, 2009.

FAUSTO, Boris & DEVOTO, Fernando J. *Brasil e Argentina. Um ensaio de história comparada (1850-2002)*. São Paulo: Editora 34, 2004.

FICO, Carlos. *Como eles agiam: os subterrâneos da ditadura militar, espionagem e polícia política*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

GASPARI, Elio. *A ditadura envergonhada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GOMES, Ângela de Castro. Nas malhas do feitiço: o historiador e os encantos dos arquivos privados. *Arquivo*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, 1997.

10

HAUPT, Heinz – Gerhard. O lento surgimento de uma história comparada. In: BOUTIER, Jean; JULIA, Dominique (Orgs.). *Passados recompostos*. Rio de Janeiro: UFRJ/FGV, 1998, p. 205-213.

HEYMANN, Luciana Quillet. *O Lugar Do Arquivo: a construção do legado de Darcy Ribeiro*. Rio de Janeiro, Ed. FGV, 2012.

\_\_\_\_\_. “O dever de *mémoire* na França contemporânea: entre memória, história, legislação e direitos”. In: GOMES, Ângela de Castro. (Org.) *Direitos e Cidadania: memória, política e cultura*. Rio de Janeiro: FGV, 2007, p. 15-44.

HUYSSSEN, Andrea. *Seduzidos pela memória*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.

JOFFILY, Mariana. *No centro da engrenagem: os interrogatórios na Operação Bandeirante e no DOI de São Paulo (1969-1975)*. São Paulo, 2008. (Tese – Universidade de São Paulo).

NORA, Pierre. “Entre memória e história – a problemática dos lugares”. Tradução de Yara AunKhoury. Projeto História; Revista do Programa de Estudos Pós-graduados em História e do Departamento de História da PUC/SP. São Paulo, n. 10, p. 7-28, dez. 1993.

PAZ, Alfredo Boccia; AGUILAR, Rosa Palau; SALERNO, Osvaldo. *Paraguay: Los Archivos del Terror. Los papeles que resignificaron la memoria del stronsimo*. Asunción, Museo de la Justicia, 2008.

PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe; VEIGA, Ana Maria (Orgs). *Resistências, gênero e feminismos contra as ditaduras no Cone Sul*. Florianópolis: Mulheres, 2011.

PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe (Orgs). *Gênero, feminismos e ditaduras no Cone Sul*. Florianópolis: Mulheres, 2010.

RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Editora da UNICAMP, 2007.

SALOMON, Marlon (Org.). *Saber dos arquivos*. Goiânia: Ricochete, 2011.

TELES, Edison; TELES, Janaína de A.; Santos, Cecília M. *Desarquivando a Ditadura: Memória e Justiça no Brasil (2 VOLS.)*. São Paulo:Ed. HUCITEC, 2009.

TELES, Janaína (org.). *Mortos e desaparecidos políticos: reparação ou impunidade?* 2 ed. São Paulo: Humanitas/ FFLCH/ USP, 2001.

VERA, Myrian Gonzáles. Los Archivos del Terror del Paraguay. La historia oculta de la represión. In: CATELA, Ludmila da Silva; JELIN, Elizabeth (Orgs). *Los Archivos de la*

# XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA

Conhecimento histórico e diálogo social

Natal - RN • 22 a 26 de julho 2013

ANPUH  
PARANÁ

11

*represión*: documentos, memoria y verdad. Madri: Siglo XXI de España Editores, 2002, p. 85-114.

VILANOVA, Mercedes. Pensar a subjetividade – estatísticas e fontes orais. In (Org.) MORAIS, Marieta. *História Oral*. Diadorim. Rio de Janeiro: 1994.